



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de São José do Rio Preto

Larissa Patrícia Custódio

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:
Trajetória Histórica, Políticas Públicas e o Período Pandêmico**

São José do Rio Preto
2021

Larissa Patrícia Custódio

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:
Trajetória Histórica, Políticas Públicas e o Período Pandêmico**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, junto ao Conselho de Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Carina Alexandra Rondini.

São José do Rio Preto
2021

C987e Custódio, Larissa Patrícia
Educação inclusiva no Brasil : trajetória histórica,
políticas públicas e o período pandêmico / Larissa
Patrícia Custódio. -- São José do Rio Preto, 2021
48 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências
Exatas, São José do Rio Preto
Orientadora: Carina Alexandra Rondini

1. Educação Inclusiva. 2. História. 3. Legislação.
4. Covid-19. I. Título.

Larissa Patrícia Custódio

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:

Trajetória Histórica, Políticas Públicas e o Período Pandêmico

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, junto ao Conselho de Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Carina Alexandra Rondini
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ketilin Mayra Pedro
Centro Universitário Sagrado Coração, UNISAGRADO, Bauru

Prof.^a Dr.^a Maria Eliza Brefere Arnoni
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

São José do Rio Preto
25 de novembro de 2021

RESUMO

A discussão acerca da Educação Inclusiva, no Brasil, vem tomando cada vez mais espaço. Pesquisadores e ativistas da inclusão há tempos buscam um meio de tornar as escolas acessíveis para todos, com profissionais capacitados e dispostos a garantir o direito ao ensino de qualidade e à permanência dos alunos com deficiência, de modo que nenhuma condição, seja ela física ou mental, impeça as crianças e jovens de partilharem os mesmos ambientes e desfrutarem do acesso à educação. Porém, essa inclusão escolar, em nosso país, só começou a tomar formas mais consistentes na última década, após a promulgação de leis que asseguram tais condições. Considerando toda a luta realizada para se conquistar a universalização do ensino e o fim da segregação das pessoas com deficiência, no ambiente escolar, este ensaio objetiva refletir sobre a linha do tempo da Educação Inclusiva, no Brasil, dando enfoque a suas conquistas, no âmbito legislativo, e ao atual cenário pandêmico gerado pela Covid-19, o qual abalou fortemente a Educação. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental a respeito da temática inclusiva, a qual analisou-se tanto seu percurso histórico e político, quanto às publicações acadêmicas que se pautaram no fazer pedagógico inclusivo neste período atípico em que vivemos. Verificou-se, pois, os atrasos na construção de um ensino inclusivo em nosso país, e a importância de políticas que incentivem e sustentem a inclusão. Constatou-se também, através de pesquisas em bases de dados, a respeito de publicações acerca da Educação Inclusiva em tempos de pandemia, a permanência de uma postura historicamente excludente para com o público-alvo da Educação Especial.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. História. Legislação. Covid-19.

ABSTRACT

The discussion about Inclusive Education in Brazil has been taking more and more space. Researchers and inclusion activists have long sought a way to make schools accessible to all, with trained professionals willing to guarantee the right to quality education and to the permanence of students with disabilities, so that no condition, whether physical or mental, prevent children and young people from sharing the same environments and enjoying access to education. However, this school inclusion, in our country, only began to take more consistent forms in the last decade, after the enactment of laws that ensure such conditions. Considering all the struggles carried out to achieve universal education and the end of segregation of people with disabilities in the school environment, this essay aims to reflect on the timeline of Inclusive Education in Brazil, focusing on its achievements in the context of legislative, and the current pandemic scenario generated by Covid-19, which strongly shook Education. This is bibliographic and documental research on the inclusive theme, which analyzed both its historical and political trajectory, as well as academic publications that were guided by the inclusive pedagogical practice in this atypical period in which we live. There were, therefore, delays in the construction of inclusive education in our country, and the importance of policies that encourage and sustain inclusion. It was also verified, through research in databases, regarding publications about Inclusive Education in times of pandemic, the permanence of a historically excluding posture towards the target audience of Special Education.

Keywords: Inclusive Education. History. Legislation. Covid-19.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
2.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
2.2	ASPECTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
2.3	A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR	20
2.4	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA	23
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste ensaio teórico é analisar e refletir acerca da Educação Inclusiva, no Brasil, dando destaque às políticas públicas e verificando as pesquisas a respeito da Inclusão Escolar, no atual cenário pandêmico. Tal cenário resultou em drásticas mudanças no sistema educacional, fazendo com que um trabalho com enfoque inclusivo em período emergencial se torne de extrema importância, pois, através de pesquisas como esta, será possível refletir até que ponto a Educação Inclusiva se fez pauta das publicações acadêmicas. Este trabalho está embasado em pesquisas de autores que esmiuçaram a história, as políticas e toda a fase atual da Educação Inclusiva.

Primeiramente, ao se realizar a análise bibliográfica a respeito da história da escolarização das pessoas com deficiência no Brasil, observar-se-á o capacitismo enraizado em nossa cultura, o qual fez com que, por anos, essas pessoas estivessem fadadas ao isolamento e ao abandono, trazendo como principal reflexo uma inclusão escolar iniciada de forma extremamente tardia, principalmente quando comparada aos demais países. Pesquisadores da área da Educação Inclusiva explicitam tal fato:

Quando dirigimos o nosso olhar para a história da Educação Especial no Brasil, verificamos que a evolução do atendimento educacional especial ocorrerá com características diferentes daquelas observadas nos países europeus e norte-americanos. A fase da negligência ou omissão que, pode ser observada em outros países até o século XVII, no Brasil, pode ser estendida até o início da década de 1950. (MIRANDA, 2008, p. 30).

Assim como o atendimento escolar, as transformações no âmbito legislativo também tardaram a acontecer, em nosso país, pois um dos primeiros documentos que faz menção à Educação Inclusiva brasileira é a LDB, de 1996:

[...] a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 – LDB/96 – é promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente a todas as crianças. Diferenças étnicas, sociais, culturais ou de qualquer ordem passam a ser foco do discurso de inclusão escolar. (KASSAR, 2011, p. 71).

Após a promulgação da LDB/96, o Brasil atravessaria inúmeras fases, com diferentes políticas, as quais procurariam por um fazer pedagógico inclusivo, no qual as crianças e jovens com deficiência tivessem seu espaço, juntamente com os demais alunos, a fim de que assim gozassem de seu direito de aprender.

Porém, o cenário atual traz consigo alguns impasses na validação dessas peças legislativas que garantem a equidade do Ensino Básico, haja vista que a

pandemia do Sars-CoV-2 fez com que toda a sociedade sofresse com mudanças severas, como o distanciamento social, o uso de máscaras e o trabalho virtual. Tais mudanças refletiram fortemente no âmbito educacional.

A escola deixou de ser um espaço seguro, por conta da alta transmissividade do vírus da Covid-19, fazendo com que as aulas assumissem um caráter remoto, no qual todo o conteúdo é passado virtualmente. Desse modo, todo o sistema educacional teve de ser reconfigurado, abalando sobretudo o ensino dos alunos com deficiência, os quais demandam um maior auxílio no aprendizado.

Dessa maneira, o enfoque deste ensaio nessa temática de ensino inclusivo no período pandêmico será o de pesquisar e refletir sobre as publicações feitas durante o ano de 2020, a respeito da Educação Inclusiva, durante a pandemia. Buscar-se-á, através desta pesquisa, examinar se a inclusão está sendo colocada em pauta, neste momento atípico, pois, na situação em que vivemos, é essencial verificar se a educação das crianças com deficiência está sendo combustível de pesquisas ativas.

Objetivou-se, portanto, não apenas analisar a história e políticas de Educação Inclusiva, mas também refletir se a injustiça histórica ainda se valida, no atual cenário, através da pesquisa a propósito das publicações sobre a Inclusão, no período pandêmico, porque assim será possível constatar se os holofotes das publicações acadêmicas também se voltam para o ensino remoto das crianças público-alvo da Educação Especial, além de analisar, por meio de tais publicações, a maneira como se desenvolve esse ensino emergencial, a fim de se observar se as leis que garantem a equidade na educação estão se fazendo valer, neste momento pandêmico.

Para cumprir tais objetivos, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, sendo os resultados dos procedimentos aludidos organizados em um texto com quatro subcapítulos, sendo eles: Aspectos Históricos da Educação Inclusiva; Aspectos Políticos da Educação Inclusiva; A Importância da Inclusão Escolar e A Educação Inclusiva em Tempos de Pandemia.

2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As seções a seguir foram desenvolvidas com base em autores (as) que trataram sobre a linha do tempo da inclusão escolar, a sua relevância no fazer pedagógico e na formação dos cidadãos, permeando também sobre os marcos legais que sustentam e norteiam esta modalidade educativa. Ao fim, sustentando a pesquisa realizada acerca dos trabalhos acadêmicos sobre Educação Inclusiva e pandemia, contar-se-á com a contribuição de artigos recentemente publicados e que trazem consigo análises sobre o atual período de ensino remoto emergencial para o público-alvo da Educação Especial.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao se analisar e refletir sobre a história da Educação Inclusiva, pode-se perceber que as pessoas com deficiência tiveram de viver à margem da sociedade, por séculos, sendo consideradas inúteis e incapazes, não tendo qualquer direito assegurado e ficando à mercê da caridade alheia. A fase inicial dessa história se pautou na negação total de recursos e atendimentos para as pessoas com deficiência, pois estas não eram consideradas pertencentes e merecedoras de qualquer cuidado ou atenção. No período anterior a Cristo, as pessoas com deficiência tanto físicas, quanto mentais tiveram de suportar a tortura e o desrespeito cometido por aqueles que eram tidos como “normais”, muitos deles foram dizimados em atos de barbárie que eram vistos com naturalidade por toda a população (MIRANDA, 2004).

Esse cenário custou a se modificar, de modo que essa fase de total negligência perdurou até o início do século XIX, quando se iniciaram as institucionalizações, um momento de segregação, quando as pessoas com deficiência eram confinadas em institutos, manicômios e asilos, para que não tivessem contato com os demais. Até então, não se via perspectiva de uma educação escolar e formal para essas crianças e jovens, por não serem consideradas capazes de aprender (OLIVEIRA, 2011).

A fase de institucionalização descortina a aversão social às pessoas com deficiência, pois, ao encaminhá-las para instituições manicomiais, apenas as estavam escondendo do restante do mundo e sujeitando-as a situações desumanas. Todavia, o estado de total calamidade dessas instituições gerou grande revolta em

diversos especialistas em saúde, da época, os quais solicitaram melhores condições de existência para o público em questão, tornando possível o início do chamado “tratamento médico-pedagógico”:

[...] para tratamento e educação dos pequenos infelizes, cujo estado mental poderia melhorar, se em outro local recebessem cuidados especiais. Eram, pois, crianças grandemente prejudicadas, com problemas patológicos diversos, [...] e que passaram, com esse serviço, a ter também orientação pedagógica, junto com atendimento clínico. (JANNUZZI, 2012, p. 32).

Esse tratamento não se caracterizou como uma vertente da escolarização formal de pessoas com deficiência, já que não lhes era ensinado conteúdo regular, como os de um colégio, todavia, eram estimulados a desenvolver o básico para que vivessem com mais autonomia “[...] as viabilizações possíveis, desde a formação de hábitos de higiene, de alimentação, de tentar se vestir etc.” (JANNUZZI, 2012, p. 33). Com essa nova perspectiva “médico-pedagógica”, tem-se a tentativa de devolver a humanidade que lhes foi tirada brutalmente (JANNUZZI, 2012, p. 33).

A visão da medicina sobre a educação das crianças e jovens com deficiência se fez presente não somente na fase institucional, mas também na criação de salas especiais. Ficava a cargo dos médicos elencar e diagnosticar o grau patológico de cada estudante, para que fosse decidido se este poderia ou não frequentar o ambiente escolar e, caso o fosse, o que lhe seria ensinado. “E assim se separariam os anormais intelectuais, os morais e os pedagógicos.” (JANNUZZI, 2012, p. 35).

A criação de salas especiais em escolas regulares foi tida como estopim de uma educação para as pessoas com deficiência que, por tanto tempo, tinham sido injustiçados e abandonados, porém, essa escolarização ocorreu de forma extremamente segregadora, na qual os alunos com deficiência que fossem autorizados a frequentar as salas especiais não teriam qualquer interação com os outros alunos. “Sob a supervisão de organismos públicos de inspeção sanitária, a organização das classes especiais públicas e o encaminhamento para instituições especializadas ocorreram a partir da justificativa científica de separação dos alunos ‘normais’ e ‘anormais’.” (KASSAR, 2011, p. 65).

A interação de alunos com e sem deficiência só iria principiar no final do século XX, após movimentos sociais em prol de uma educação pluralista, a qual se pautava no conceito da educação transformadora, que modifica o indivíduo e estimula o seu desenvolvimento, ao passo em que se realiza, de maneira ampla, atendendo a todos os públicos (MIRANDA, 2004, p. 2).

Toda essa situação pela qual as pessoas com deficiência tiveram de passar descortina a injustiça histórica e social em relação a seus direitos, sobretudo no âmbito educacional, porém, os fatos até agora relatados não incluem o Brasil, porque, em nosso país, a história teve um desenrolar muito mais complexo e os feitos tardaram a acontecer (OLIVEIRA, 2011, p.149).

No Brasil, a negligência para com as pessoas com deficiência perdurou por anos a mais do que nos outros países, e a construção de uma Educação Inclusiva brasileira reflete tais atrasos. Ver-se-á que o início da escolarização das pessoas com deficiência se deu de modo apartado da escolarização das crianças e jovens sem características tidas como atípicas, fazendo com que, no mesmo país, dois modelos de educação ocorressem concomitantemente, sem qualquer diálogo entre si. “Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos.” (KASSAR, 2011, p. 62).

O motivo de tais atrasos na construção e manutenção de um sistema escolar inclusivo, no Brasil, se explica pelo fato de a educação em si também ter se constituído de maneira insólita, por muitos anos, haja vista as altas taxas de analfabetismo brasileiras até meados do século XX. “Schwarcz (1998 apud VEIGA, 2008) informa que o recenseamento do ano de 1872 registrou 84% da população brasileira como analfabeta.” (KASSAR, 2011, p. 63).

Dados como esses comprovam que o Brasil tardou na formação de um sistema educacional, em âmbito geral; em momentos nos quais os demais países já discutiam o atendimento especializado a pessoas com deficiência, em nosso país, iniciava-se a expansão do ensino de caráter regular. Os anos de 1930 a 1940 tiveram marcos educacionais, no âmbito da escola regular e apenas para o atendimento de crianças e jovens sem deficiência; nessas décadas em questão, pouco se debatia sobre a educação das crianças e jovens atípicos (MIRANDA, 2004, p. 4).

Isso não quer dizer que não houve, até esse período, qualquer atendimento voltado às pessoas com deficiência, mas que tais atendimentos aconteciam de maneira pouco expressiva e para um público extremamente restrito. Dois grandes marcos na história da Educação Especial, no Brasil, comprovam tal afirmação: a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” e do “Instituto dos Surdos-Mudos”, no final

do século XIX, marcos importantíssimos, porém pouco abrangentes em suas funções – prova disso são os dados de atendimento de ambos os institutos:

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29), nestas instituições. (MIRANDA, 2004, p. 3).

Mesmo com tanta demora e atraso para se consolidar, em meados dos anos 1950, vemos a Educação Especial começando a tomar forma em nosso país; ainda não se propunha qualquer interação, contudo, os alunos com deficiência começavam a ganhar espaço nas instituições de ensino, situação que até então pouco se via. Nesse momento, surgem manifestações em prol do atendimento das pessoas com deficiência auditiva e visual (MIRANDA, 2004).

A partir dessas primeiras mobilizações, a reivindicação por Educação Especial começa a englobar outros protagonistas: é chegada a hora de o país voltar a sua atenção para uma população que até então esteve extremamente marginalizada, as pessoas com deficiência intelectual. Em busca de conquistar o espaço das crianças com deficiência mental, surge, em 1960, a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais”, a qual iria lutar pelo direito à escolarização desses alunos (OLIVEIRA, 2011, p. 150).

A expansão das instituições especiais de ensino foi a grande conquista dos anos 1960, época na qual a garantia de educação para alunos com deficiência ocorreu como nunca antes visto, proporcionando oportunidade de discussão e reflexão acerca da educação especial, no Brasil:

Em 1967, a Sociedade Pestalozzi do Brasil, criada em 1945, já contava com 16 instituições por todo o país. Criada em 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais já contava também com 16 instituições em 1962. Nessa época, foi criada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES) que, em 1963, realizou seu primeiro congresso (MENDES, 1995). (MIRANDA, 2004, p. 4).

O fim da década de 1960 foi crucial para a Educação Especial brasileira, um momento de mudanças, através da luta de muitos pela educação de todas as crianças e jovens, independentemente de suas especificidades. As campanhas em prol do atendimento especializado começam a dar frutos, trazendo ao nosso país situações jamais vistas. “Em 1969, havia mais de 800 estabelecimentos de ensino

especial para deficientes mentais, cerca de quatro vezes mais do que a quantidade existente no ano de 1960.” (MIRANDA, 2004, p. 5).

Essas conquistas se classificam no âmbito de Educação Especial, já que a inclusão em si ainda estava longe de acontecer, pois até então as pessoas com deficiência não haviam estabelecido qualquer contato com os demais alunos, e as instituições de ensino regular não haviam se preparado para atender às especificidades dos alunos, de modo a adequar-se às suas necessidades. “Ao se apresentar uma proposta inclusiva, o mínimo que se espera é a capacitação dos profissionais envolvidos na educação do aluno com necessidades especiais, desde o professor ao funcionário administrativo.” (SILVA, 2012, p.101).

O sistema educacional inclusivo só se efetivaria nos anos 1990, com o intuito de pôr fim ao chamado sistema de integração, o qual se baseava na superação da deficiência, de modo a equiparar todos os alunos, ou seja, para que uma criança com deficiência pudesse conviver com as demais, deveria ser “curada”, a fim de que se assemelhasse às outras e pudesse desfrutar do aprendizado escolar (MIRANDA, 2004, p. 6).

Com o fim do processo de integração, nosso país daria início à chamada Educação Inclusiva, na qual todas as crianças conviveriam e aprenderiam juntas, porém, tais mudanças requereriam planejamento, pois agora o foco não seria adequar o aluno para que pudesse aprender, mas reestruturar todo o sistema educacional, com foco nas necessidades desse aluno com deficiência (OLIVEIRA, 2011, p. 153).

A Educação Inclusiva não beneficiaria apenas as crianças e jovens com deficiência, mas todos os outros alunos, pois, enfim, teriam a chance de conviver em uma classe heterogênea, a qual compreende e respeita a especificidade de seus alunos e os inclui no processo educativo. “Portanto, para que as diferenças sejam respeitadas e se aprenda a viver na diversidade, é necessária nova concepção de escola, de aluno, de ensinar e de aprender.” (MIRANDA, 2004, p. 6).

O processo de implementação da inclusão escolar não se deu de forma linear e tampouco se encontra finalizado; ora, mesmo tendo tido início nos anos 1990, a inclusão não se consolidou por completo. Durante o passar de todos esses anos, tal proposta educacional vem se desenvolvendo dia após dia, pois tornar uma escola inclusiva demanda tempo – para pensar, para refletir, para organizar – e uma mudança estrutural, devendo-se levar em consideração anos de negação da

existência de pessoas com deficiência e, para que possam ser incluídas em um ambiente escolar, no qual todos desfrutem de maneira plena, é necessário romper barreiras atitudinais de uma sociedade que sempre julgou a todos os que não atendiam aos padrões pré-estabelecidos (OLIVEIRA, 2011).

Quando o contexto é comparado com décadas anteriores, é possível perceber diversas mudanças. Uma população que, por tanto tempo, se encontrou marginalizada está enfim gozando de seu direito de estar incluída com as demais, em um sistema educacional. No entanto, esse convívio é uma construção diária, sendo inúmeras as realidades e as especificidades, em um mesmo ambiente (NASCIMENTO, 2019).

Concluindo, esse novo modelo educacional, denominado inclusivo, só se tornou possível graças ao primeiro marco democrático de nosso país, o mais importante e memorável, a Constituição da República Federativa de 1988, a qual viria para pôr fim à opressão, principiando assim um novo modelo de sociedade, pautado no respeito à diversidade e na preservação e promoção dos direitos de cada ser humano, independentemente de suas características físicas e mentais, porque, frente à nossa Constituição, todos somos iguais e merecemos uma vida digna (NASCIMENTO, 2019).

Em face dos dizeres da lei máxima, perceber-se-ão os reflexos no âmbito educacional inclusivo, que não só será garantido, como receberá questões norteadoras para realizá-los de forma justa, beneficiando a todos os educandos com e sem deficiência. “Podemos dizer que ficou assegurado pela Constituição Brasileira (1988) o direito de todos à educação, garantindo, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.” (MIRANDA, 2008, p.30).

E será a partir da nossa Constituição que se iniciará o próximo tópico deste ensaio, voltando-se para a análise legislativa da Educação Inclusiva, refletindo a respeito de seus avanços e retrocessos, no âmbito legal, trazendo à tona as medidas que tornaram possível a construção de uma inclusão escolar, em nosso país, e ponderando sobre os decretos que marcaram e marcam positiva e negativamente o fazer pedagógico inclusivo.

2.2 ASPECTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Constituição Federal de 1988 foi criada, a fim de redemocratizar o país, após 21 anos de regime ditatorial e da aniquilação de direitos. Essa nova Carta Magna gerou ao Brasil transformações nunca antes vistas, estabelecendo leis máximas e irrefutáveis que asseguram os direitos de cada cidadão, de maneira que as mudanças trazidas por esse marco democrático refletiram em diversos âmbitos, inclusive no educacional:

[...] a Constituição Federal de 1988 contempla os parâmetros internacionais ao priorizar o indivíduo inserindo no ordenamento jurídico, direitos fundamentais como a saúde, a educação, entre outros. Desta forma, observou-se uma modificação drástica na educação, que teve que se adequar a novos princípios universais. (SILVA, 2012, p. 97).

Fica resguardado à luz da Constituição de 1988 o pleno direito das pessoas com deficiência; em diversos aspectos, no âmbito educacional, temos mudanças significativas e extremamente importantes, no que tange à inclusão escolar (NASCIMENTO; OMODEI, 2019).

A partir das promulgações de tais direitos constitucionais das pessoas com deficiência, a educação inclusiva começa a tomar novas formas. Após a promulgação da Constituição, muitas outras leis são criadas, para garantir a inclusão escolar, no Brasil. Em 1990, consolida-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual também se fazem presentes os parâmetros educacionais inclusivos:

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não-oferecimento ou oferta irregular:

- I - do ensino obrigatório;
- II - de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
- III - de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; ([Inciso com redação dada pela Lei nº 13.306, de 4/7/2016](#))
- IV - de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- V - de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental [...]

(BRASIL, 1990, ONLINE).

Através desse artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se garantido o direito de que crianças e jovens com deficiência não só gozem dos mesmos direitos de escolaridade dos demais, como também usufruam do atendimento educacional especializado, que é essencial para o aprendizado, pois fornece o suporte adequado para a especificidade de cada educando.

Em 1996, é ratificada no Brasil uma lei de suma importância para o âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases, a qual, pautada na Constituição Federal de

1988, organizaria toda a educação do país, através de suas normativas. A Lei possui um capítulo dedicado exclusivamente à Educação Especial, de modo a nortear e situar todo o fazer educacional, no que diz respeito aos alunos com deficiência, designando tanto o que deve ser feito pela gestão escolar e pelos professores quanto o que é dever exclusivo do poder público (BRASIL, 1996, cap. V).

Para que se cumpram tais demandas previstas por essas leis que norteiam a Educação Inclusiva, citadas nos parágrafos anteriores, a escola deve estar preparada, é necessário investimento para que haja acessibilidade e recursos, a inclusão não deve ser uma fachada, ela deve proporcionar aprendizado aos educandos, os docentes devem receber formação continuada, para que aprendam sobre atendimento especializado e possam corresponder às necessidades de seus alunos (SILVA, 2012).

No começo dos anos 2000, é possível notar o atendimento á inúmeras dessas demandas, as quais auxiliaram o avanço da inclusão escolar, em nosso país:

A política de “Educação Inclusiva” vai materializando-se, também, com a constituição de um conjunto de programas e ações: “Programa Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Especial” e “Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado”, que atente a formação continuada de professores, prioritariamente na modalidade à distância; “Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social” (BPC), que realiza acompanhamento e monitoramento de acesso e permanência nas escolas dos alunos beneficiários do BPC, até 18 anos; “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”; “Escola Acessível”, para adaptação arquitetônica das escolas; “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”; “Programa Incluir”. (KASSAR, 2011, p. 73).

Além de propostas voltadas aos planos pedagógicos, também se deve garantir a integridade das pessoas com deficiência, ou seja, medidas que os impeçam de sofrer com qualquer ato vexatório, por conta de sua condição física ou mental. E, para assegurar tal proteção, ratifica-se, em 2001, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que, em seu texto, deixa claro o direito das pessoas com deficiência e define as penalidades, no âmbito legislativo, daquele que porventura agir com discriminação (BRASIL, 2001).

Após analisadas tais legislações, é possível perceber os contínuos avanços da inclusão das pessoas com deficiência, que, agora, têm assegurados os seus direitos educacionais e sociais, em âmbito legal. A partir do início dos anos 2000, pode-se ver as instituições escolares trabalhando, de modo a visar às possibilidades dos alunos com deficiência, não sendo mais permitido avaliar a capacidade de um

educando com base em sua deficiência, deve-se conviver com esse aluno, de maneira a descobrir suas possibilidades e adaptar o ambiente e o conteúdo a ele, para que nada o impeça de desfrutar do direito à educação (BAPTISTA, 2019).

Em 2008, aprova-se o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, que acrescentaria e muito, nas legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, sobretudo no que concerne à inclusão escolar. Essa convenção ressalta a importância da participação ativa, do estímulo, do apoio e do incentivo à autoestima, além de esmiuçar diversas deficiências e a maneira com que se deve adaptar o currículo escolar, de modo a auxiliar no aprendizado de cada criança (BRASIL, 2007, art. 24).

Nesse momento, é chamada a atenção para o grande número de alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, graças às leis que sustentam a inclusão escolar e garantem que estudantes com deficiência estejam no mesmo ambiente que os demais, desfrutando de aprendizado mútuo:

Podemos identificar que houve, entre 2007 e 2009, a intensificação da inclusão como meta, com o apoio de programas ministeriais que já existiam e com o debate relativo às diretrizes que passariam a reger a política brasileira sobre a escolarização das pessoas com deficiência. Trata-se de uma perspectiva muito diferente da designada integração instrucional relativa aos anos 1900. (BAPTISTA, 2019, p. 14).

Em 2015, é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a qual, por meio de seu Capítulo IV, assegura a Educação Inclusiva desde a infância até a vida adulta, situando a maneira de regimento do fazer pedagógico inclusivo, de sorte que se realize, de forma plena e satisfatória para todos.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015, ONLINE).

No ano de 2020, dá se início ao trâmite de uma política que viria em desencontro com todas estas normativas já citadas, o Decreto Nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020, pois traz em seu texto incentivo as Instituições de Ensino Especializado, rompendo com o ideal de inclusão em classes regulares.

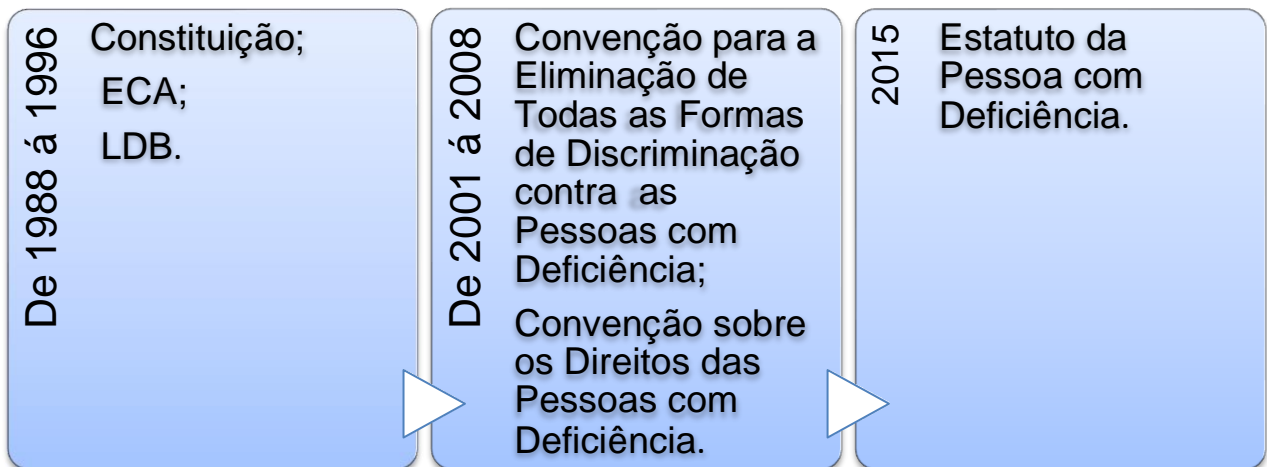
Ao sugerir a escolarização das pessoas com deficiência em espaços segregados, a “nova política” de educação especial fere os princípios e diretrizes trazidos na Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência que reconhecem o direito da pessoa com deficiência à educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (SANTOS; MOREIRA, 2021, p.170).

Por seu viés retrógrado, que colidiria com as demais políticas de inclusão, o Decreto Nº 10.502 acabou por ser suspenso por possuir traços inconstitucionais em seu texto, que não estaria, pois, considerando os princípios de inclusão conquistados até então.

Por fim, como relatado, a vida do Decreto foi curta, cerca de 60 dias, mas toda sua construção foi, desde o início, conflituosa o bastante para dividir muitos pesquisadores/as da área de Educação Especial, gerando gastos públicos, desde sua construção, com consultorias, visitas especializadas, contratação para elaboração do site e da consulta, análise dos dados, cerimônia, campanhas publicitárias etc (ROCHA; MENDES; LACERDA, 2021, p. 8).

Após discorrer sobre a temática das políticas, ver-se-á na linha do tempo abaixo as principais legislações vigentes que norteiam o fazer pedagógico inclusivo, de modo a ilustrar tudo que fora mencionado até aqui:

Linha do tempo: Legislações norteadoras da Educação Inclusiva



Fonte: Elaborado pela autora

Tais conquistas, as quais se fazem presentes no âmbito legislativo, são de extrema importância, porém, no cotidiano escolar, ainda há uma busca incessante para que a prática convirja com a teoria prevista em lei (NASCIMENTO; OMODEI, 2019).

A inclusão, desde seu início, demanda uma construção feita a passos lentos e contínuos, uma vez que o processo inclusivo perpassa o fazer pedagógico, sendo necessária uma mudança estrutural de ideais e de condutas. A falta de tais mudanças faz com que, muitas vezes, os direitos que já deveriam estar sendo assegurados às crianças e jovens com deficiência não se efetivem:

A efetivação de uma prática educacional inclusiva não será garantida por meio de leis, decretos ou portarias que obriguem as escolas regulares a aceitarem os alunos com necessidades especiais, ou seja, apenas a presença física do aluno deficiente mental na classe regular não é garantia de inclusão, mas sim que a escola esteja preparada para dar conta de trabalhar com os alunos que chegam até ela, independentemente de suas diferenças ou características individuais. (MIRANDA, 2004, p. 6).

Pouco a pouco, observam-se os avanços alcançados, no âmbito educacional inclusivo, sendo possível verificar que a Educação Inclusiva não se caracteriza como oposição à chamada Educação Especial, mas que estas irão se complementar. A inclusão é a prática que possibilita e determina que todos os alunos com deficiência desfrutem dos mesmos ambientes e dos mesmos aprendizados, e, preferencialmente, na mesma instituição de ensino, em um contraturno: o atendimento especializado estará lá, a fim de identificar e suprir toda e qualquer dificuldade que esse aluno com deficiência venha a enfrentar, em seu aprendizado na classe regular, enquanto o docente responsável por esse atendimento contará com recursos pedagógicos acessíveis, para que assim auxilie plenamente esses educandos:

[...] à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2003, p. 15).

Após abordadas tais ações legislativas que sustentam, norteiam e garantem o fazer pedagógico inclusivo, será o momento de voltarmos a atenção para a importância dessa inclusão escolar conquistada através da luta histórica e das legislações vigentes.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Após direcionar a atenção à história e às políticas de inclusão, é possível notar a relevância de se fazer valer de princípios de equidade, na educação, para a

vida e para o desenvolvimento de todos os educandos. Com efeito, mesmo com inúmeras dificuldades em se concretizar, a inclusão foi e continua sendo uma conquista, a qual deve tanto ser mantida quanto lapidada, dia após dia, de modo a garantir que a Educação Inclusiva não seja apenas um título, mas uma realidade vivenciada no contexto escolar (OLIVEIRA, 2011).

A inclusão em sala de aula veio a nós através de uma luta incessante na busca de ressarcir uma dívida histórica com as pessoas com deficiência, que tiveram de viver a negligência por anos a fim, porém, tal prática educativa não beneficia apenas alunos com deficiência, entretanto, atinge a sociedade como um todo. “A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão!” (MANTOAN, 2003, p. 48).

Para a realização desse feito educacional que transforma a sociedade diariamente, deve-se não só incluir alunos com deficiência na prática pedagógica, mas também abordar com todos os demais as diferenças e as especificidades de cada ser humano, de sorte a educar as gerações futuras longe das amarras do preconceito. “A importância de debater a educação inclusiva é justamente a forma de nos prepararmos e construirmos essa escola para todos. Cada passo dado na reflexão e na experiência com a diferença é um tijolo a mais nessa escola ideal que buscamos.” (NUNES, 2015, p.1111).

A Educação Inclusiva enriquece todos os seus envolvidos, na medida em que traz novas perspectivas ao fazer educativo, o qual, além de foco em atividades elaboradas de modo a beneficiar a sala como um todo, considerando a necessidade de cada um, ainda é capaz de estimular nos educandos o pensamento coletivo, o respeito, a empatia e a capacidade de ajudar o outro e também aprender com ele, com suas diferenças e suas igualdades. “Dessa forma, deve-se ressaltar que promover a inclusão, não significa, apenas, permitir que o aluno especial adentre em uma escola regular, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo [...]” (OLIVEIRA, 2011, p.157).

Faz-se necessário a reflexão sobre o que ensinar, pois, se, por um lado, a educação formal e conteudista foi e ainda é vista como essencial para a grade curricular escolar, por outro, deve-se entender a escola como um lugar que deve ir

além da formação disciplinar de conteúdos básicos. A escola é um ambiente de formação de cidadãos, devendo trazer questões sociais, de convívio humano, e tais aprendizados só se dão por meio do convívio harmonioso com a diversidade, com um grupo plural, no qual haja respeito mútuo e entendimento de si e do outro. “Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.” (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 344).

Além de saber o que ensinar, deve-se igualmente refletir sobre como ensinar, porque de nada valeria incluir todos os alunos em um mesmo ambiente, sem que se faça uma transformação metodológica e estrutural, adaptando não somente os conteúdos a cada indivíduo, mas também os próprios materiais pedagógicos, para que se tornem acessíveis aos educandos, de modo a se obter um cotidiano equitativo em uma sala de aula diversa. Uma escola que pratica a inclusão precisa estar preparada para mudanças, que levem em conta o fato de que todos têm o direito de aprender.

Portanto, mais do que uma nova proposta educacional, a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa o desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos, independente de suas condições intrínsecas ou experiências prévias de escolarização. Diferenciando-se da escola tradicional que exige a adaptação do aluno às regras disciplinares e às suas formas de ensino, sob pena de punição e/ou reprovação, a escola inclusiva preocupa-se em responder às necessidades apresentadas pelo conjunto de seus alunos e por cada um individualmente [...] (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 344).

Não há como relevar a importância da inclusão na educação escolar, haja vista que foi e ainda está sendo por meio dela que todo o sistema educacional se modifica. Antes da cultura inclusiva no ensino, a individualidade do aprender de cada aluno sequer era considerada, o ensino era rígido, sem abertura para mudanças, havia o consenso de que todos aprendiam da mesma maneira e por intermédio dos mesmos métodos; com efeito, isso só está se transformando através do desenvolvimento de um fazer pedagógico inclusivo, o qual vê o aluno como indivíduo dotado de suas especificidades, caracterizando-se como uma mudança educacional, em âmbito geral:

Gradativamente, avança-se para uma nova concepção de escola, alicerçada no princípio do direito à educação, onde esta deva ser o ambiente, o local privilegiado da inclusão social, superando, a tão antiga, e ao mesmo tempo, tão atual concepção restrita, limitada que reduz sua missão, ao instruir e principalmente a aquisição do conhecimento científico sistematizado. Nessa

perspectiva, todos os alunos passam a ser educáveis, escolarizáveis, pois todos eles têm direito legítimo à educação. (OLIVEIRA, 2011, p. 156).

Dando-se o fato de que todos os alunos podem e devem receber escolarização, vê-se um cenário que em longo prazo se demonstrará muito diferente do que a sociedade já havia presenciado, uma vez que, se for garantida a todos uma educação básica de qualidade e até mesmo o mais alto grau de formação universitária, iremos presenciar pessoas com deficiência adquirindo diplomas, ocupando cargos, tendo autonomia e vivendo ativamente em sociedade, dentro de suas possibilidades:

Portanto, a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, atingindo desse modo o próprio indivíduo que apresenta necessidades especiais. (MIRANDA, 2008, p. 42).

A inclusão, em nosso país, vem se desenvolvendo lentamente; muitas conquistas permanecem no papel, fazendo pensar que o ideal de uma sociedade igualitária em direitos e oportunidades soe um tanto utópico, porém, tudo o que já foi alcançado um dia pareceu algo impossível de se concretizar. Nessa perspectiva, “[...] verifica-se que a democratização do ensino tem lutado por uma igualdade de oportunidades.” (MIRANDA, 2019, p. 19).

O cotidiano da Educação Inclusiva é árduo, demanda esforços, mudanças e uma luta incessante, para que se mantenha e se evolua com tal prática; entretanto, mesmo sendo um caminho inacabado, já mudou e continua mudando inúmeras vidas de pessoas que antes não teriam a oportunidade de vivenciar a educação escolar. Por isso, é imperioso exaltar sua importância, demonstrar o quanto se modificou no ensino, para que se possa estudar e lecionar em uma sala que acolha e ensine a todos e que transforme diariamente o conceito da educação escolar. “A inclusão é um sonho possível!” (MANTOAN, 2003, p. 48).

Após refletir sobre a relevância da inclusão, no contexto escolar, no tópico seguinte, será examinado o reflexo da pandemia no cenário atual da Educação Inclusiva, em nosso país.

2.4 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Como supramencionado, a inclusão tem como princípio a interação social e a vivência com a diversidade, porém, no ano de 2020, o convívio humano teve de ser

interrompido drasticamente. A pandemia Covid-19 abalou toda a estrutura social e a maneira como levávamos a vida até então, exercendo tais mudanças grande reflexo no contexto educacional (SILVA; SILVA NETO; SANTOS, 2020).

A vida em sociedade teve de se modificar, em um curto tempo e com restrições severas; certas medidas, como o uso de máscara, o distanciamento social e as barreiras sanitárias tornaram-se de extrema importância, na tentativa de contenção da transmissão do vírus. O *home office* foi aderido por vários setores, um deles, o da educação; o ensino presencial se tornou inviável, pois, com o alto índice de transmissibilidade do Sars-CoV-2, uma sala de aula lotada poderia ser o ápice do contágio e, a partir dessa perspectiva, dá-se início ao ensino na modalidade remota emergencial (CHARCZUK, 2020).

Readequar um sistema tradicional de ensino do dia para a noite foi um grande desafio: professores e alunos que não estavam habituados ao uso de plataformas digitais, no contexto pedagógico, tiveram de se adaptar e, para aqueles que não possuíam esses meios, a fim de desenvolver a estratégia de estudo e trabalho, o sofrimento foi ainda maior:

Tal estratégia ocasionou uma série de críticas e resistência dos envolvidos (isto é, professores, familiares e alunos), como também da sociedade civil. Esse movimento se centrou em dois grandes focos de problematização: (i) a enorme desigualdade socioeconômica dos brasileiros e, conseqüentemente, a falta de acesso aos recursos necessários para o acompanhamento de aulas remotas por grande parte da população; e (ii) a contraposição entre ensino presencial e educação a distância (EaD), ou ensino remoto, e a pretensa qualidade daquele em detrimento destes. (CHARCZUK, 2020, p. 2).

Com esse cenário tão atípico e com as dificuldades de aplicabilidade de métodos tecnológicos, no ensino regular, faz-se relevante refletir sobre a perspectiva inclusiva, pois, se as dificuldades contidas na inclusão escolar já eram extremamente perceptíveis, em tempos anteriores à pandemia, em um momento como esse, tal situação tende a se agravar (FCC, 2020).

Esses reflexos educacionais causados pela Covid-19 fizeram com que os índices de pesquisas sobre educação e saúde crescessem exponencialmente. Por conta disso, voltamos a nossa atenção a essas publicações, tanto as que dizem respeito à educação em tempos de pandemia quanto as concernentes à Educação Inclusiva, durante a pandemia de Covid-19, porque, dessa maneira, será possível averiguar se ambas as temáticas estão sendo consideradas e debatidas, e em que proporção.

Dessa forma, uma consulta foi empreendida no *Google Acadêmico* e no *Scielo*, no dia 06 de abril de 2021, com os descritores “Covid; Educação” e “Covid; Educação Inclusiva”, focando especificamente em publicações realizadas em 2020, obtendo-se os resultados (sem qualquer filtro – dados brutos) apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Resultados nas bases de dados. 2021.

Descritores	<i>Google Acadêmico</i>	<i>Scielo</i>
	N	N
Covid; Educação	17.200	103
Covid; Educação Inclusiva	978	0

Fonte: Elaborado pela autora.

A discrepância entre os números é perceptível, pois, em um total de 18.281 publicações, apenas 978 (5,34%) eram voltadas à inclusão. Cabe ressaltar que tais resultados refletem dados brutos, porque, ao revisar cada resumo, dentre os 978 que deveriam ser voltados à Educação Inclusiva, no contexto da pandemia, apenas 34 tratavam especificamente dessa temática.

Tais resultados evidenciam a diferença que sempre se fez, e ainda se faz, com os educandos público-alvo da Educação Especial, já que, em um momento quando tanto se pesquisa e se publica sobre a educação, o fazer inclusivo deveria ser forte pauta a ser discutida. Os resultados em questão preocupam, porém, não chocam, uma vez que as pessoas público-alvo da Educação Especial, aqui focalizadas aquelas com deficiência, sempre foram excluídas em diversos âmbitos, como já visto na perspectiva histórica, conforme asseveram Silva, Bins e Rozek (2020, p.131): “As pessoas com deficiência padecem de uma vulnerabilidade que preexiste à quarentena.”

Cabe ressaltar que as diferenças contidas nesta pesquisa não invalidam as publicações feitas, pois, mesmo que em menor quantidade, há materiais nos quais se pode basear para obter um posicionamento sobre a postura tomada frente à pandemia, quanto ao fazer pedagógico inclusivo. “Não podemos deixar de destacar que toda a produção de conhecimento, neste caso, o impacto da Covid-19 na vida dos sujeitos público-alvo da Educação Especial é um processo permanente [...]” (SILVA; BINS; ROZEK, 2020, p.126).

Ao analisar cada um dos 34 artigos que tratam especificamente da Educação Inclusiva, em tempos de pandemia, foi possível perceber os diferentes enfoques, segundo mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Enfoques temáticos

Número de artigos	Enfoque
8	Tecnologias assistivas e o Ensino Remoto
4	Políticas Públicas e Legislações
7	Ensino de Libras em Plataformas Digitais
4	Alunos com TEA e o Ensino Remoto
2	Acessibilidade no Ensino Remoto
1	Elaborações de Aulas Remotas
3	Alunos cegos e o Ensino Remoto
1	Publicações sobre Inclusão e Pandemia
2	Alunos com Deficiência Intelectual e o Ensino Remoto
2	Prática Docente no Ensino Remoto

Fonte: Elaborado pela autora.

Com o Quadro 2, é possível verificar que as publicações a respeito do Ensino Remoto Inclusivo se voltaram majoritariamente para as tecnologias utilizadas, um fator que explica tal acontecimento foi a emergência da transição de um ensino presencial para uma educação virtual, que anterior a pandemia não se fazia com grande frequência, fazendo com que a preocupação com os meios tecnológicos pelos quais se dariam as práticas educativas fossem intensamente focados em produções de 2020. Porém, vê-se como problemática o fato de que poucas publicações contemplaram as práticas e/ou acessibilidade deste ensino, demonstrando que pouco se discutiu sobre a maneira pela qual se estabeleceriam as práticas pedagógicas aos alunos com deficiência.

Nota-se também que os artigos, em sua grande maioria, abordaram deficiências específicas, como o autismo, a deficiência intelectual, auditiva e visual, deixando assim, de voltar à atenção para os diversos públicos que se beneficiam da Educação Inclusiva e que necessitam de adaptação prática e metodológica, a fim de que possam desfrutar da oferta de ensino, neste período de Ensino Remoto.

Após explicitar os diferentes enfoques dos artigos analisados, fez-se um levantamento a respeito dos objetivos e conclusões de cada artigo citado anteriormente, cujas características estão contidas no Quadro 3.

A partir da análise dos artigos elencados, foi possível perceber que os impactos da pandemia sobre a Educação Inclusiva trazem à tona o problema estrutural desse fazer pedagógico, o descaso, tanto político quanto social. É a história que se repete com uma nova face, a qual nos faz pensar se, um dia, esses educandos serão priorizados como deveriam:

Em situações de crise como a que vivenciamos, ficam claras as condições precárias de políticas públicas de saúde e assistência social, de privação e exclusão que vivem as pessoas com deficiências e suas famílias, o que reforça uma condição de ineficiência e de exclusão que é histórica. (SILVA; BINS; ROZEK, 2020, p. 131).

Verifica-se, com o ensino remoto, que ficou a cargo da família a “assistência pedagógica presencial”; ora, a rede escolar fornece aos responsáveis os materiais adaptados e as aulas gravadas, porém, no dia a dia, o amparo do docente tem feito imensa falta, haja vista o empenho necessário para que a inclusão ocorra e para que os alunos com deficiência desfrutem de um aprendizado pleno. “Assim, estudiosos desse grupo apontam que a adoção de práticas de ensino pautadas no uso de recursos tecnológicos é mais excludente do que inclusiva.” (SILVA; SILVA NETO; SANTOS, 2020, p. 32).

Quadro 3: Objetivos e conclusões dos artigos selecionados

Título	Tipo de produção	Autores	Objetivo	Principais conclusões
A Educação dos Estudantes com Deficiência em Tempos de Pandemia de Covid-19	Artigo	Neta, A. S. O.; Falcão, G. M. B. e Nascimento, R. M.	Tem como objetivo compreender como tem acontecido o ensino remoto para os alunos com deficiência, em escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza.	A investigação apontou fragilidades no atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.
Alunos com Necessidades Educacionais Específicas em tempos de COVID-19: da interrupção das aulas presenciais à implementação de atividades de ensino remotas	Artigo	Marcolla, V.; Kaim, L. I.; Moro, T. B. e Corrêa, Y.	Este artigo descreve e analisa o processo de implantação das Atividades de Ensino Remotas (AERs), em tempos de pandemia da COVID-19. Nesse cenário, problematizam-se as discussões relativas à educação de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs), Educação Inclusiva, Tecnologias Digitais e Tecnologias Assistivas.	Entende-se que há um movimento de readaptação, por professores e alunos, principalmente pelos alunos com NEEs que precisam se adequar ao uso de recursos adaptados e tecnologias assistivas, para o acompanhamento das AERs.
A Escolarização do Estudante com Deficiência em Tempos de Pandemia da COVID-19: Tecendo algumas Possibilidades	Artigo	Magalhães, T. F. A.	O objetivo deste artigo é tecer algumas reflexões sobre a escolarização do estudante com deficiência, no contexto da pandemia da Covid-19, bem como sobre os impactos do ERE no atendimento educacional especializado (AEE).	A pandemia contemporânea da Covid-19 expõe a necessidade de se desenvolver políticas públicas de educação, as quais busquem ações voltadas para a preservação da dignidade, identidade cultural, do respeito à diferença e inclusão dos alunos que, neste momento, estão privados do direito à educação.

Em Defesa da Educação Inclusiva	Publicação em Revista	Makino, M. A.; Santos, R. C. e Magalhães, L. O.	Tem por objetivo elencar alguns pontos que devem ser trazidos à tona, em relação ao Decreto nº 10.502/2020.	Com efeito, tais aspectos reforçam o esvaziamento da função social do ato de ensinar, que deve primar por sua intencionalidade em propiciar aos/as educandos/as instrumentos e signos culturais que lhes permitam a apropriação dos conhecimentos.
Trabalho Pedagógico com Estudantes Público-Alvo da Educação Especial na Educação Infantil durante a Pandemia	Artigo	Queiroz, F. M. M. G.; Barbosa, R. S. e Uzêda, S.Q.	Este estudo tem como objetivo conhecer o trabalho pedagógico desenvolvido com estudantes PAEE na EI, durante o período de isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19.	De um modo geral, as participantes da pesquisa relataram dificuldade em obter retorno sobre a realização das atividades, fato que elas atribuem, dentre outras razões, às demandas emergenciais de subsistência, decorrentes da condição de isolamento social e à dificuldade das famílias em compreender os objetivos da Educação Infantil.
Pandemia e atividades remotas: possibilidades e desafios para a Educação Especial	Artigo	Conde, P. S.; Camizão, A.C. e Victor, S. L.	Este artigo tem como objetivo analisar as atividades pedagógicas não presenciais e as suas implicações para o atendimento educacional especializado na perspectiva da Educação Inclusiva.	Observamos poucos avanços na proposta educacional do município de Vila Velha, em relação ao Parecer CNE/CP Nº 5/2020.
Atenção Bilíngue Virtual para Crianças Surdas em meio à Pandemia do	Publicação em Anais	Martins, V. O.; Nichols, G.; Torres, R. C.;	Com o quadro de isolamento social agravado pela pandemia do "Novo Coronavírus" (COVID-	Destacamos que as práticas enunciativas produzidas numa língua de modalidade gestual,

"Coronavírus"		Bonfim, T.; Fornari, R.; Iriarte, A. C.; Leite, E.; Maximo, L.; Santos, T. e Moreira, J.	19), a proposta apresentada objetivou duas frentes: 1) produzir mídias e materiais didáticos com janela em Libras; e 2) produzir vídeos com contações de histórias infantis em Libras.	como a Libras, trazem construções espaciais, semânticas e discursivas peculiares e distintas das línguas orais. Com isso posto, temos a necessidade de revisão das propostas bilíngues que se fazem exclusivamente com base nas práticas interpretativas da língua oral.
A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e orientação psicológica em tempos pandêmicos: suas relações e desafios na educação	Publicação em Revista	Vier, R. F. S.; Silveira, R. M. C. F. e Prsybyciem, M. M.	Tem o objetivo de investigar as percepções de um grupo sobre as relações entre inclusão na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista em aulas na modalidade <i>on-line</i> .	Os principais desafios e incertezas para inclusão de alunos com TEA, por meio das aulas <i>on-line</i> , referem-se a dificuldade de utilização pelos professores das TIC e a falta de mediação presencial dos professores, na aprendizagem dos alunos com TEA.
Reflexões sobre professores e tradutores/intérpretes de Libras em tempos de COVID-19: Experiência Multimodal no uso da Mídia Visual em Reuniões de Formação Pedagógica	Capítulo de Livro	Tesser, C. R. S.	O objetivo deste capítulo é refletir sobre como a multimodalidade pode ser manifestada nas reuniões de formação pedagógica com professor surdo e ouvintes, durante a atuação do TILS em videochamadas, de modo a estabelecer relações de sentido entre os sujeitos envolvidos.	É entendido que os recursos multimodais dependem dos aspectos enunciativo-discursivos, no momento da enunciação, e interferem diretamente na maneira pela qual o enunciado é interpretado e compreendido.
Acessibilidade no ensino remoto	Artigo	Sudo, C.	Este artigo visa a apresentar uma curadoria de conteúdos e orientações breves relacionadas	A acessibilidade no ensino remoto, tal como no presencial, não depende apenas do bom

			à acessibilidade no ensino remoto.	uso das tecnologias e ferramentas de ensino. Depende, de igual modo, de atitudes inclusivas - implícitas desde o planejamento do ensino e ao longo de todas as interações que se estabelecem com os alunos.
Os desafios da didática pedagógica na perspectiva da Educação Especial, durante a pandemia	Artigo	Schneider, J. A. H. e Marin, E. B.	Este artigo aborda os principais desafios da didática pedagógica na Educação Especial, durante a pandemia da Covid-19, a qual fez com que os educadores repensassem e mudassem as suas maneiras de ensino, principalmente dos alunos com necessidades especiais.	Em tempos de pandemia e distanciamento social, é necessário que os professores busquem ainda mais conhecimento, para que consigam adaptar suas didáticas segundo as necessidades e a realidade de cada aluno, em específico para aqueles que possuem alguma deficiência.
Dossiê Temático: Formação e Trabalho Docente no Campo e Educação Especial: uma interface necessária	Publicação em Revista	Barbosa, M. O.; Fernandes, A. P. C. S. e Melo Júnior, A. L.	Os artigos deste dossiê foram organizados de maneira encadeada, a fim de que se somem em conhecimento e experiências. Ao todo, são onze artigos acerca dessa instigante temática, que perpassa a formação de professores, currículo, prática pedagógica e as políticas educacionais da educação básica ao superior.	De modo singular, unimo-nos à <i>Revista Brasileira de Educação do Campo</i> e apresentamos este dossiê, que aborda a Educação Especial e a Educação do Campo.
Oportunidades de aprendizagem com apoio	Artigo	Bonotto, R.; Corrêa, Y.;	O presente estudo investiga as postagens realizadas na página	A página ComunicaTEA_pais, apesar do pouco tempo de

da Comunicação Aumentativa e Alternativa em tempos de Covid-19		Cardoso, E. e Martins, D. S.	da rede social Instagram intitulada ComunicaTEA_pais5, durante o período de fechamento das escolas, o Brasil, devido à pandemia de Covid-19, visando a identificar que materiais estão sendo criados e disponibilizados, para apoiar a aprendizagem de estudantes com necessidades complexas de comunicação (NCC).	existência, fornece uma gama ampla e variada de materiais inerentes à área de CAA, em português. Os arquivos das postagens se encontram disponíveis para acesso gratuito através de um <i>link</i> existente na página.
Ensino em tempos de pandemia: Orientações para o processo de Ensino Inclusivo das crianças com autismo	Artigo	Evêncio, K. M. M.	Faz-se relevante investigar o processo de inclusão escolar de crianças com Autismo, com o objetivo de conhecer e propor orientações direcionadas às famílias, professores e gestão escolar que favoreçam a inclusão dessas crianças.	Este estudo conheceu orientações que contribuem para o processo de aprendizagem, desenvolvimento e inclusão da criança, a partir de atividades até cotidianas e que valorizam o movimentar-se, ao mesmo tempo que estimulam habilidades essenciais ao processo de aprendizagem; portanto, identificamos a contribuição da psicomotricidade, nesse processo.
Inteligência Coletiva em uma Comunidade Virtual de Aprendizagem no Contexto Pandêmico	Artigo	Gomes, K. A. e Nascimento, G. S. X.	O estudo objetiva analisar como docentes que atuam na Educação Especial, particularmente com a educação de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA), têm	Evidenciam-se, assim, as potencialidades que as comunidades virtuais de aprendizagem, as quais aqui se apresentam no formato de um grupo de WhatsApp – mas

			enfrentado os desafios impostos pelo isolamento social e o ensino Não presencial.	podem ser configuradas de muitas outras maneiras, por meio de inúmeros outros sistemas e aplicativos de tecnologia digital – desempenham na formação de espaços de cooperação de saberes.
O Aluno com Deficiência e a Pandemia	Artigo	Cury, C. R. J.; Ferreira, L. A. M.; Ferreira, L. G. F. e Rezende, A. M. S. S.	O presente artigo tem como foco a questão do aluno com deficiência, diante da pandemia, retratando não somente a situação atual, com a interrupção das aulas e isolamento social, como também o seu retorno e as dificuldades que deverão ser enfrentadas.	A educação não será a mesma, pois a pandemia acarretou mudanças significativas, as quais não retrocederão. O conteúdo presencial será compartilhado com o ensino remoto. E é nesse contexto que o estudante com deficiência e suas especificidades deve ser considerado. Não se pretende uma escola diferente para alguns, mas uma escola igual para todos, respeitando e valorizando as diferenças humanas que caracterizam cada um.
A Aprendizagem de Língua Inglesa de alunos cegos e com baixa visão em um contexto de pandemia	Artigo	Lima, R. P. A.	Este trabalho almeja responder ao seguinte objetivo geral: investigar como quatro alunos de inglês, cegos e de baixa visão, do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), estão compreendendo o processo de aprendizagem	Cabe ao professor ressignificar suas aulas, para transformá-las em ambientes inclusivos, mesmo que seja uma sala de aula virtual. Apenas enviar a palavra em português, traduzi-la para o inglês e repeti-la algumas vezes, como estava

			remoto de língua inglesa, em suas escolas.	sendo o caso de um dos colaboradores (cf. Segmento 11), não parece ser uma estratégia suficientemente boa para desenvolver habilidades linguísticas de pessoas com deficiência visual. Os professores precisam tentar se colocar no lugar de seus alunos, a fim de perceber onde podem melhorar.
Ensino Remoto e necessidades específicas: o papel da Escola e das Famílias	Artigo	Carvalho, C. B.; Martins, F. A.; Maissiat, J.; Barbosa, J. C. e Reis, T. E. B.	O presente trabalho visa a identificar as possíveis dificuldades das mães de estudantes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem, para ajudar seus filhos com as atividades escolares, além de refletir sobre essas atividades que estão sendo enviadas pelas escolas, para serem feitas nas casas dos estudantes, principalmente para os estudantes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem dos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Observa-se que as mães são um filtro por onde passam, agora, além de todas as outras demandas atuais e típicas de mães de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem, diversas responsabilidades. Cabe ressaltar que as crianças, nessa faixa etária de 6 a 12 anos, costumam ser dependentes de ajuda de alguém responsável e, levando em conta o público-alvo da pesquisa, essa dependência se torna maior.
Um Mapeamento Sistemático sobre Apontamentos de Inclusão no Brasil durante o Período Pandêmico	Artigo	Silva Filho, J. G. e Silva, J. S.	A pesquisa objetiva realizar um mapeamento sistemático da literatura, a partir de artigos científicos, disponibilizados nas bases de dados <i>Scielo</i> , <i>Google</i>	À guisa de conclusão, a reflexão resultante da interconexão entre os artigos leva a pensar na urgência de uma mudança drástica na

			Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, considerando o intervalo de janeiro a agosto de 2020, buscando apresentar os apontamentos levantados por essas publicações sobre inclusão no ERE.	forma como esses alunos são acolhidos, na educação, especialmente no ERE. Com isso, a ação concomitante entre o governo, as instituições e a própria sociedade é o primeiro passo para superar os impactos excludentes da pandemia na educação.
A Atuação do Intérprete de Libras em Tempos de Pandemia: Reflexões acerca de possibilidades e desafios	Publicação em Congresso	Santos, R. F. F.	Nosso estudo através desta pesquisa tem como objetivo geral compreender as possibilidades e os desafios encontrados na atuação dos intérpretes de Libras no contexto pandêmico, em que as aulas estão ocorrendo de forma remota	Diante do que foi expressado pelos intérpretes, no questionário, acerca dos desafios da interpretação remota, temos o seguinte panorama: os maiores desafios têm sido o uso da tecnologia, englobando, por exemplo, o não fornecimento de materiais necessários para a atuação remota, a falha em equipamentos, a instabilidade em sistemas e aplicativos usados para as aulas, a falha na conexão da internet, entre outras dificuldades relacionadas a “Material tecnológico, acesso à internet” (IP).
Educação na pandemia: a realidade do ensino remoto para surdos no município de Pirpirituba/PB	Artigo	Simões, R. C. S.	Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar de que maneira a pandemia da Covid-19 mudou o cenário das	Os resultados obtidos através do estudo demonstram alunos sem contato social escolar, problemas no desenvolvimento

			salas de aula e criou ainda mais barreiras para a educação e ensino de línguas para surdos, no município.	linguístico e no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, existentes antes mesmo da pandemia.
A Utilização de Aulas Remotas no Atendimento Educacional Especializado para Surdos: Desafios e Possibilidades Frente a Pandemia	Publicação em Anais	Fernandes, D. S. M. e Rosa, K. N. S.	O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da utilização de aulas remotas, no Atendimento Educacional Especializado/AEE para surdos, por ocasião do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid 19, e suas implicações no processo de ensino de educandos surdos.	O estudo possibilitou uma análise pontual em relação aos objetivos da pesquisa, no que tange às principais dificuldades dos alunos, relacionadas ao acesso à rede e recursos tecnológicos, estando estes em descaso socioeconômico, a maneira como os educadores estão lidando com esse novo perfil de aulas remotas, através dos aplicativos de mensagem, adaptando-se a novas realidades de ensino e o destaque para a utilização das tecnologias, como as plataformas digitais, as quais impactaram a educação comum e as salas de recursos especializados.
Leituras. com/Inclusão: A Formação leitora literária da criança com TGD e/ou Deficiência Intelectual no Ensino Remoto	Publicação em Evento Científico	Mercadante, J.	Foi trazida para o cenário deste trabalho uma prática que visa oportunizar possibilidades de leitura para essas crianças, principalmente em um período no qual um dos principais ambientes de produção de cultura escolar não pode acolhê-	Nossos resultados parciais contrariam a crença de que a capacidade imaginativa desses sujeitos estaria limitada ao pensamento concreto, indicando possibilidades de desenvolvimento das capacidades expressivas e de

			las fisicamente, criando oportunidades de simbolização e representação do mundo pela literatura.	comunicação do aluno de inclusão, através do texto literário.
Desafios em Tempos de Distanciamento Social para Alunos com Deficiência: Acessibilidade e Aprendizagem	Publicação em Congresso	Freitas, L. J.	O diálogo foi norteado em saber como estão acontecendo a participação, a interatividade e a efetiva inclusão desses alunos, nas aulas remotas, visto que essas aulas estão sendo realizadas através de aplicativos e plataformas digitais.	De acordo com os depoimentos, ficam evidentes as situações de invisibilidade dos alunos com deficiência, seja de natureza sensorial intelectual, seja mental ou física, o que apenas aumentou os níveis de desigualdade vividas em todos os âmbitos.
Experiências de uma Professora: Atividades Remotas com Alunos da Sala de Recursos Multifuncionais durante a Pandemia do Coronavírus.	Artigo	Stein, D. V.; Bianchini, L. G. B.; Mazzafera, B. L.; Yaegashi, S. R. F. e Oliveira, L. V.	O presente estudo objetivou conhecer os hábitos digitais de 15 alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) e analisou as percepções de uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) sobre a realização de atividades remotas, no período da pandemia de Covid-19.	Conclui-se que, com o apoio da família, o acesso ao docente, com <i>feedback</i> imediato, por meio do <i>WhatsApp</i> , possibilita a organização e a realização exitosa da rotina de estudos para esses alunos e até promove novos hábitos de estudos, através das TICs.
Percepções de alunos com deficiência intelectual no ensino remoto	Publicação em Revista	Medeiros, L. R.; e Tavares, L. R.	Este trabalho apresentou um panorama da realidade de dois alunos com DI, em relação às suas dificuldades, adaptações pedagógicas e apoio familiar para os seus estudos.	Constatamos que um olhar diferenciado pelo professor e um diálogo constante com o aluno com DI desempenham um papel primordial para a efetivação da sua inclusão, oportunizando-se novas formas de apropriação dos

				conhecimentos e garantindo um ensino que atenda às suas necessidades.
A utilização das tecnologias assistivas para alunos surdos, em tempos de pandemia.	Publicação em Revista	Souza, C. J. e Alves, A.	O objetivo central deste estudo bibliográfico consiste em destacar a relevância das tecnologias assistivas como uma ferramenta de apoio ao professor, para o processo de inclusão dos alunos surdos.	Pode-se concluir que o uso das tecnologias assistivas na educação de alunos surdos apresenta inúmeras potencialidades, assim como também traz seus desafios. Assim, se as tecnologias forem aplicadas de forma adequada, acredita-se que os benefícios obtidos no processo de aprendizagem dos alunos surdos se mostrarão de forma significativa e evidente.
Os Recursos Educativos Digitais como facilitadores da transição digital em tempo de pandemia: uma estratégia para a inclusão de alunos com Necessidades Específicas no 1º CEB	Artigo	Samartinho, A. C.; Novo, C. e Samartinho, J.	Pretendeu-se perceber se os alunos com NE se sentiam mais motivados, mais integrados, em contexto de sala de aula, e mais bem aceitos pelos seus pares.	Como resultados, podemos verificar que o grupo de alunos desenvolveu capacidades de linguagem, de expressividade e de interação, que até o momento não tinham. A autoestima e a motivação dos mesmos foram evidenciadas pelas professoras das turmas, como relevantes, após a apresentação da história.
Prática Docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE): em Tempos Remotos e Distanciamento Social	Publicação em Congresso	Bezerra, M. A. D.; Arruda, G. Q. e Silva, J. S. R.	A presente pesquisa respalda-se em analisar a prática docente da sala de Atendimento Educacional Especializado, em tempos de atividades remotas	Evidencia-se, na pesquisa, que a presença dos pais no acompanhamento e participação da vida escolar dos estudantes é importante,

			dos discentes com deficiência, no período de ensino híbrido de pandemia da Covid-19, possibilitando a superação das dificuldades encontradas nas atividades remotas.	portanto, a maioria dos pais entrevistados deixou a entender que, por mais que a escola tente dinamizar, em suas atividades remotas no tempo desta pandemia da Covid19, jamais a presença dos recursos tecnológicos poderá suprir a lacuna deixada pela ausência do professor, na educação dos discentes, durante este período.
Pessoas com Deficiência na Educação em Tempos de Pandemia.	Capítulo de Livro	Rodrigues, F. L. V. e Ferreira, E.	Nossa entrevistada é professora na Universidade de Brasília (UnB), mestre e doutora em Educação (UFRGS), com pós-doutoramento na Universidade de Barcelona, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, autismo e novas práticas pedagógicas interculturais e inovadoras. É coordenadora do Projeto de Extensão Semeadores de Investigação (Semillero Brasil); integrante da coordenação geral da Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação (Movimento Conane), que já reuniu milhares de educadoras e educadores, no Brasil; e faz parte da	Com a pandemia, precisamos aprender a ser mais solidários, a dividir, confiar, ser unos no planeta, como nos alerta Harari (2020). Somos uma espécie que vive melhor em grupo. O que acontece no Brasil afeta o mundo e vice-versa. Olhares pluriversais e interculturais podem nos ajudar a repensar a escola, a escolher um caminho no qual todas, todos e cada um e uma possam ser, estar, existir, viver. A escola é mais, pode ser mais do que já foi e é. Pode ser um espaço de ressignificação e vida, comunalidade e bem viver, paz, confiança, fé, esperança e luta por um novo porvir. Enfim, que

			coordenação brasileira do Encontro Nuestra América (ENA) e da Rede Latinoamericana de Semilleros de Investigación.	a escola seja, como salienta Catherine Walsh (2008), em meio às fissuras, resistindo à lógica normalizante, mecanicista, neoeugenista e colonial.
O Desafio da Acessibilidade de Alunos Surdos na Perspectiva do Ensino Remoto	Artigo	Vasconcelos, I. L.	O propósito deste artigo é uma reflexão acerca do desafio da acessibilidade do ensino remoto para alunos surdos, no período de isolamento social, causado pelo fechamento das escolas, na pandemia causada pelo Coronavírus, em 2020.	Conclui-se que professores e intérpretes de Libras precisam estar atentos para escolher a melhor forma de levar conhecimentos aos estudantes com deficiência auditiva, no ensino remoto.
A Inclusão Escolar em Contexto de Pandemia: Reflexões a Partir dos Desafios de uma Professora do AEE	Publicação em Revista	Machado, B. A. B. e Martins, C. S. L.	Esta pesquisa objetiva apresentar algumas reflexões a respeito dos desafios enfrentados pela professora responsável pelo AEE, no contexto de pandemia, de uma escola estadual de Ensino Fundamental da cidade de Bagé (RS).	Os resultados apontam que a desigualdade econômico-social é a principal barreira de acesso às práticas pedagógicas, no período de pandemia, denunciando a realidade social da educação brasileira, nesse contexto.
A Criança com TEA: o Ingresso no Ensino Fundamental em meio à Pandemia.	Artigo	Cardozo, P. R. e Santos, A. M.	Nossa finalidade é apresentar o trabalho realizado em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de Porto Alegre, no que diz respeito à inclusão no primeiro ano do Ensino Fundamental de crianças com o diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista).	Concluimos que o processo de ingresso no Ensino Fundamental requer um trabalho em conjunto com os familiares e professores, para que, ao conhecer a trajetória da criança, o professor possa ter elementos que o auxiliem na construção do vínculo inicial

				com esses alunos.
Apoio Especializado para Estudantes com Deficiência Visual em Tempos de Pandemia	Publicação em Revista	Zardo, S. P.; Guimarães, A. S.; Octacílio, M. C. V. Mota, A. M. C.; Gomes, C. A. L. e Bitencourt, G. S.	O texto objetiva relatar o plano de ação elaborado para apoiar os estudantes com deficiência visual, da Universidade de Brasília, com auxílio de tecnologias digitais, durante a pandemia causada pelo novo Coronavírus.	Os recursos e serviços de acessibilidade oferecidos pelo LDV proporcionaram a continuidade dos estudos e do processo formativo dos estudantes com deficiência visual, bem como a ampliação da autonomia, no processo de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

O ensino remoto vem se mostrando complexo, na medida em que se toma como base, além da imensa desigualdade digital descortinada pela pandemia, que trouxe a tona a difícil realidade de muitas famílias que se quer tem acesso à internet e tampouco possuem dispositivos tecnológicos, a questão de que nem todos os responsáveis conseguem auxiliar seus filhos com as tarefas escolares. E, para os pais de crianças com deficiência, esse impasse é ainda maior, pois, a fim de que se aprenda a trabalhar com a perspectiva educacional inclusiva, leva-se tempo de estudo, demandam-se conhecimentos específicos da área pedagógica, os quais, na maioria das vezes, os responsáveis pela criança não terão. “Assim, as chamadas adaptações razoáveis, devem considerar a especificidade de cada estudante em cada contexto para possibilitar autonomia no processo de ensino-aprendizagem.” (MOREIRA *et al.*, 2020, p.22).

Nessa linha, enfatiza Magalhães (2020, p. 214) “compreender a Educação Especial e os estudantes com deficiência no contexto da pandemia da Covid-19, onde também ficou explicitado que as ações governamentais não levam em consideração a diversidade e a multiplicidade de necessidades, torna-se urgente.” Tal afirmativa nos mostra a importância de se pensar o ensino inclusivo, neste momento, porque o governo tampouco se faz presente em ações destinadas a essa temática.

Por conta disso, escolas públicas e privadas estão lutando a cada dia para tentar tornar possível o desenvolvimento do ensino-aprendizagem de seus educandos, pois há pouco respaldo político em relação à educação, em tempos de pandemia, de sorte que, quando direcionamos nosso olhar às práticas inclusivas, neste período, o descaso é ainda maior:

[...] há o silêncio do Ministério da Educação, como se o órgão não fosse o responsável pelo estabelecimento das diretrizes educacionais para todo o país. Esse descaso reflete a invisibilidade ainda chocante que essa parcela da população enfrenta no Brasil, tanto na educação quanto em outros setores, apesar dos significativos avanços legislativos. Estudantes da Educação Especial parecem ocupar ainda o lugar de estudante de segunda categoria para a qual a educação é um favor, um mérito a ser conquistado. (MOREIRA *et al.*, 2020, p.10).

Sem diretrizes concretas para a realização da prática de ensino, somadas às dificuldades pessoais de cada estudante, temos, nesta pandemia, um sistema educacional ainda mais insólito, com docentes que já vinham sendo sobrecarregados de trabalho desde o ensino presencial e de estudantes historicamente desamparados. “Para construirmos um futuro mais saudável,

próspero e seguro, precisamos de políticas públicas que garantam um financiamento adequado para a Educação [...] O Estado precisa se fazer presente.” (DIAS; PINTO, 2020, p. 547).

Nota-se que o ensino, em tempos de isolamento social, não se equipara à educação presencial, pelo simples fato de que a educação se faz através da interação. E, ao focarmos na Educação Inclusiva, tal afirmação se dá com ainda mais clareza, uma vez que o ato de incluir, em tempos de Covid-19 se perdeu: não há interação, mas sistemas paralelos de ensino, como visto no início da história:

Portanto, os objetivos e expectativas de aprendizagem para esse período precisam ser revistos e adequados ao momento de exceção que estamos vivendo, caso contrário, estaremos desconsiderando o papel social da escola em formar cidadãos e cidadãs em sintonia com nosso tempo. (MOREIRA *et al.*, 2020, p.11).

Desse modo, através desta pesquisa e análise a respeito das publicações da Educação Inclusiva, no período pandêmico, percebe-se que o ensino remoto emergencial para o público-alvo da Educação Especial enfrenta relevantes dificuldades práticas e um grande descaso político. “A realidade se impõe e nos mostra que ainda as pessoas com deficiência não se encontram em situação de equidade de acesso às diferentes possibilidades tecnológicas, sociais e culturais existentes.” (SILVA; BINS; ROZEK, 2020, p. 132).

No entanto, deve-se considerar que, mesmo com as imensas barreiras de concretização encontradas no cotidiano do ensino remoto, ele fez-se a única opção plausível para que a educação escolar ocorresse neste momento. A gravidade da pandemia que ocorre atualmente deve ser considerada e, ao levá-la em conta, é possível observar que o retorno para o ensino presencial que está se consolidando ao fim de 2021 demanda um grande esforço para seu planejamento, é preciso que toda a estrutura seja muito bem pensada, para que não soframos consequências drásticas no futuro. “Por isso, é necessário que os países reconheçam o problema – como não o fizeram quando a COVID-19 começou a espalhar-se pelo mundo –, e criem políticas públicas voltadas especificamente para a Educação.” (DIAS; PINTO, 2020, p. 545).

A pandemia irá passar, porém, é imprescindível fazer a reestruturação do ensino desde já, pois, mesmo em tempos pós-Covid-19, o ambiente escolar não poderá ser o mesmo. Estaremos lidando com as consequências de um período obscuro, o qual trouxe perdas, dificuldades e danos à população mundial, de sorte

que, para que isso não se repita, os cuidados deverão ser mantidos. Tais cuidados necessitarão de respaldo político e investimentos, no setor educacional; dever-se-á criar um ambiente seguro e limpo, com condições para o convívio saudável entre as crianças novamente, em especial para aquelas com deficiência, que, na maior parte dos casos, sofrem mais com as consequências desse vírus, exigindo um cuidado ainda maior. “Como ponto de chegada vislumbra-se repensar a educação [...] levando em consideração o desenvolvimento de programas e políticas públicas [...] que possibilite a inclusão de todos ao direito de educar-se.” (SILVA; SILVA NETO; SANTOS, 2020, p. 40).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, por meio do trabalho concretizado, a linha do tempo da Educação Inclusiva, perpassando suas bases legislativas e pontuando a sua importância. E, além disso, constatou-se, com este ensaio, a permanência de uma visão historicamente excludente para com o público-alvo da Educação Especial, pois, em um momento atípico como este, quando as pesquisas acadêmicas tanto se voltam para a educação, poucas foram as que exploraram a temática inclusiva. Assim, dos 34 artigos que abordaram a Educação Inclusiva, de fato, apenas 11,7% contemplavam as práticas e a acessibilidade desse ensino emergencial, no período pandêmico, o que demonstra o pouco respaldo para com esses educandos.

Através das publicações analisadas, ficou claro que a equidade garantida por lei e que, enfim, estava se consolidando no ensino presencial, após anos de negligência, está se dissolvendo frente ao ensino remoto. Os impasses para que se garanta aos educandos com deficiência o mínimo de acesso ao ensino regular vem se mostrando, com grande magnitude, e a inclusão de fato, que seria conquistada por meio do convívio plural com a diversidade, se perdeu.

Não há como desconsiderar a imprevisibilidade desse cenário de pandemia, no qual absolutamente tudo teve de se modificar, fazendo com que todo o setor educacional sofresse com a reconfiguração do presencial para o virtual, porém, é chegado o momento de pensar como se realizará o ensino posterior a pandemia de Sars-CoV-2, no qual os estudantes com deficiência estarão em grande defasagem, por conta de toda a negligência desse ensino remoto.

Desse modo, pode-se verificar, através deste trabalho, que muitos foram, são e ainda serão os desafios da Educação Inclusiva brasileira, a qual teve de enfrentar

novas modificações, neste período emergencial, e que com certeza enfrentará muitos outros, em um futuro retorno à educação presencial. A luta pelo acesso, permanência e equidade no ensino dos educandos com deficiência continuará se desenvolvendo, dia após dia. “O direito à educação é indisponível e, por ser um direito natural, não faço acordos quando me proponho a lutar por uma escola para todos, sem discriminações [...]. Meu objetivo é que as escolas sejam instituições abertas incondicionalmente a todos os alunos e, portanto, inclusivas.” (MANTOAN, 2003, p. 8).

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e217423, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

CHARCZUK, S. B. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e109145, 2020.

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, set. 2020.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Pesquisa: Inclusão escolar em tempos de pandemia**. 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/inclusao-escolar-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D.; FONTES, R.S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, set. 2011.

MAGALHÃES, T. F. A. A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da Covid-19: tecendo algumas possibilidades. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, n. 1, p. 205–221, 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, dez. 2006.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 15, p. 1-7, 2004.

MIRANDA, A. A. B. Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico. **Cadernos de História da Educação**, v. 7, 27 mar. 2008.

MIRANDA, F. D. Aspectos Históricos da educação Inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 2. n. 3, jan./jun. 2019.

MOREIRA, A. *et al.* COVID-19, o novo coronavírus Guia sobre **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Informe-se e saiba como agir, cobrar, e trabalhar pela proteção de todos de maneira colaborativa.** 2020, p. 1-29.

NASCIMENTO, A.; DALBEM OMODEI, J. Políticas de educação especial e Educação Inclusiva no Brasil: organização avanços e perspectivas. **Colloquium Humanarum**, v. 16, n. 1, p. 62-75, 7 maio 2019.

NUNES, S. S.; SAIA, A. L.; TAVARES, R. E. Educação Inclusiva: entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1106-1119, dez. 2015.

OLIVEIRA, J. B. G. A perspectiva da inclusão escolar da pessoa com deficiência no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 6. 2011.

ROCHA RENATO MARTINS DA, L.; MENDES GONÇALVES, E.; LACERDA BROGLIA FEITOSA DE, C. Políticas de Educação Especial em disputa: uma análise do Decreto Nº 10.502/2020. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 1-18, 5 abr. 2021.

SANTOS, Élida C. da S. de L.; MOREIRA, J. da S. A “NOVA” POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO AFRONTA AOS DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE CRÍTICA DO DECRETO 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade** - REED, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 156-175, 2021. DOI: 10.22481/reed.v2i3.7908. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7908>. Acesso em: 7 dez. 2021.

SILVA, E. H. B. da; SILVA NETO, J. G. da; SANTOS, M. C. dos. Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. **Revista**

Latino-Americana de Estudos Científicos - RELAEC, v. 01, n. 04, p.29-44jul./ago. 2020.

SILVA, F. T.; GONCALVES, E. A. V.; ALVARENGA, K. F. Inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular: revisão da literatura. **J. Soc. Bras. Fonoaudiol.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 96-103, 2012.

SILVA, K. W. da; BINS, K. L. G.; ROZEK, M. A Educação Especial e a Covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 124-136, 2020.